

Texto & hipertexto: algumas conformidades

Raquel Cardoso de Castro*

Apresentação

Proponho neste trabalho uma breve análise das características do texto que permaneceram presentes no hipertexto. Para efetuar esta análise, acredito ser necessário retroceder às noções elementares de discurso e texto, visto que esta transposição do discurso para o texto estabeleceu muitas modificações como constatado por P. Ricoeur, e certamente considero que as modificações existentes no discurso, a partir do momento que teve como suporte a escrita, foram também transpostas para o hipertexto. Passo então para uma consideração do texto (e paralelamente do hipertexto) contrapondo-o ao discurso.

Segundo P. Ricoeur não existe compreensão de si que não seja mediada por signos e símbolos (RICOEUR, 1986). Entretanto, é importante salientar que esta compreensão de si e este mostrar-se para o mundo através de signos e símbolos se dá de diferentes formas. De imediato, pode-se dizer que no caso do discurso, ou melhor, de um diálogo, os locutores estão presentes em relação

um ao outro, assim como no contexto, no meio circunstancial do discurso, e a língua oferece amplos recursos – advérbios, tempos verbais, pronomes, etc. – para ancorar o discurso na realidade que circunda sua instância¹. No caso da mediação pela literatura – composição escrita de trabalhos artísticos em prosa ou verso – inicialmente dá-se

¹E o discurso se apresenta como um acontecimento (nascimento) da linguagem, porque ele ocorre no presente, porque é auto-referencial, porque sempre se refere ao mundo que pretende descrever, exprimir e representar, e porque exige a presença de um interlocutor (RICOEUR, 1986). Em outras palavras, o discurso é a efetuação da linguagem como evento, como acontecimento, no tempo e remetendo a seu locutor. O discurso, mesmo oral, apresenta um traço absolutamente primitivo de distanciamento [...] este traço primitivo de distanciamento pode ser caracterizado pelo título: a dialética do evento e da significação [...] o discurso se dá como evento: algo acontece quando alguém fala [...] dizer que o discurso é um evento é dizer, antes de tudo, que o discurso é realizado temporalmente e no presente, enquanto que o sistema da língua é virtual e fora do tempo [...] o caráter de evento do discurso é um dos dois pólos do par constitutivo do discurso. Precisamos agora elucidar o segundo pólo: o da significação [...] assim como na língua, ao articular-se sobre o discurso, ultrapassa-se como sistema e realiza-se como evento, da mesma forma, ao ingressar no processo da compreensão, o discurso se ultrapassa, enquanto evento, na significação. Essa ultrapassagem do evento na significação é típica do discurso enquanto tal. Revela a intencionalidade mesma da linguagem, a relação, nela, do noema com a noese (RICOEUR, 1977).

*Raquel Cardoso de Castro é graduada em Letras (Bcharel Bilingue Português/Inglês) pela PUC-RJ, Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/MCT, Doutora em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM da Escola de Comunicação da UFRJ, e Pós-doutoranda em Educação à Distância pelo PPGCOM de Educação da UERJ.

a impressão de um certo constrangimento, e constata-se que graças à escrita² o discurso sofre uma série de modificações. Relaciono abaixo as demais modificações que considero pertinentes para um entendimento da noção de texto e literatura através das idéias de P. Ricoeur, lembrando que estão separadas em tópicos com o intuito de facilitar a apresentação.

Texto & hipertexto

A primeira modificação seria o fato de a literatura impressa ou digital adquirir uma autonomia semântica em relação à intenção do locutor. Isto é, a característica do discurso como evento, como a situação comum aos interlocutores é perdida e não pode ser reproduzida na escrita. Na passagem do discurso ao texto (e do texto ao hipertexto), em outras palavras, do dizer ao dito (RICOEUR, 1986), só permanece a característica de significação do discurso. A partir desta passagem, o (hiper)texto toma vida própria e constitui o que P. Ricoeur chama de o “mundo do texto” ou o “mundo da obra”.

“Só a escrita, ao libertar-se, não apenas do seu autor, mas da estreiteza da situação dialogal, revela que o destino do discurso é projetar um mundo” (RICOEUR, 1986, pg. 128)

² “[...] Cet affranchissement de l’écriture qui la met à la place de la parole est l’acte de naissance du texte. Maintenant, qu’arrive-t-il à l’énoncé lui-même quand il est directement inscrit au lieu d’être prononcé ? [...] l’affranchissement du texte à l’égard de l’oralité entraîne un véritable bouleversement aussi bien des rapports entre le langage et le monde que du rapport entre le langage et les diverses subjectivités concernées, celle de l’auteur et celle du lecteur [...]” (RICOEUR, 1986, pg 156).

Ressaltaria como segunda característica o que P. Ricoeur denomina como hipóstase, isto é, o texto, assim como o hipertexto, se constitui enquanto substância, e cabe a leitura, vista como interpretação, o preenchimento das referências ausentes no texto, criando uma literatura ou imaginário literário, onde o mundo é apresentado pela escrita.

“Com efeito, a escrita convoca a leitura segundo uma relação que, logo, nos permite introduzir o conceito de interpretação. Por instante, digamos que a leitura ocupe o lugar do interlocutor, como simetricamente a escrita ocupa o lugar da locução e do locutor. Pois, a relação escrever-ler não é um caso particular da relação falar-responder. Não é uma relação de interlocução; não é o caso de um diálogo. Não é suficiente dizer que a leitura é um diálogo com o autor através de sua obra; é preciso dizer que a relação do leitor com o livro é de uma outra natureza; o diálogo é uma troca de questões e respostas; não há troca deste gênero entre o escritor e o leitor; o escritor não responde ao leitor [...] o leitor está ausente na escrita; e o escritor está ausente na leitura” (RICOEUR, 1986, pg. 155)³.

³ “En effet, l’écriture appelle la lecture selon un rapport qui, tout à l’heure, nous permettra d’introduire le concept d’interprétation. Pour l’instant, disons que le lecteur tient la place de l’interlocuteur, comme symétriquement l’écriture tient la place de la locution et du locuteur. En effet, le rapport écrire-lire n’est pas un cas particulier du rapport parler-répondre. Ce n’est pas un rapport d’interlocution; ce n’est pas un cas de dialogue. Il ne suffit pas de dire que la lecture est un dialogue avec l’auteur à travers son œuvre; il faut dire que le rapport du lecteur au livre est d’une toute autre nature; le dialogue est un échange de questions et de réponses; il n’y a pas d’échange de cette sorte entre l’écrivain et le lecteur; l’écrivain est absent à l’écriture; l’écrivain est absent à la lecture. Le texte produit ainsi une double occultation du lecteur et de

Enquanto no discurso, como assinali em tópico anterior, há dois interlocutores, o que permite dialogar sobre uma realidade espaço-temporal, um mundo vivido comum, com a escrita tudo muda de figura, não existe uma “situação” comum. Procede, destarte, a tarefa da hermenêutica, que segundo P. Ricoeur, é justamente a de reconstruir a dinâmica interna do texto (ou do hipertexto), e restituir a capacidade da obra de se projetar e exteriorizar-se na representação de mundo que se poderia habitar. A interpretação do texto (como do hipertexto) se daria através de uma explicitação de uma forma de “estar-no-mundo”, manifestada diante do texto impresso (ou digital). Ou seja, a proposta de P. Ricoeur é a de uma interpretação do texto que implica dois processos: o da compreensão e o da explicação. A compreensão se forma, se desenvolve com a explicação. Não há explicação que não se complete pela compreensão. Isto é, a compreensão pede uma explicação. Por exemplo, num diálogo, quando não compreendo determinados pontos colocados, demando uma explicação, e a explicação dada pelo interlocutor permite melhor compreendê-lo. No caso das obras escritas, cujo laço inicial da intenção do autor com seu auditório foi rompido, a leitura é guiada por códigos que guiam à compreensão. Assim, P. Ricoeur se recusa a acreditar que existe a possibilidade de uma empatia, uma congeneridade, isto é, semelhança entre as subjetividades implicadas numa obra. Ao mesmo tempo, que também recusa a possibilidade de objetivação do texto fechado sobre

l'écrivain; c'est de cette façon qu'il se substitue à la relation de dialogue qui noue immédiatement la voix de l'un à l'ouïe de l'autre ”.

si mesmo e independente de qualquer subjetividade, seja do autor, seja do leitor.

Destacaria como terceira característica importante, o fato de no momento em que o texto (ou hipertexto) toma o lugar da palavra ocorrer uma abolição do caráter referencial, que torna possível o surgimento da literatura, onde toda referência à realidade dada pode ser abolida⁴:

“[...] Voltemos, pois, a nossa definição: o texto é um discurso fixado pela escrita. O que é fixado pela escrita é, portanto, um discurso que não havíamos podido dizer, certamente, mas, precisamente que nós escrevemos porque não o dizemos. A fixação pela escrita sobrevém no lugar da palavra mesmo, isto é, no lugar onde a palavra poderia ter nascido. Podemos então nos questionar se o texto não é verdadeiramente texto quando ele

⁴“[...] Revenons, em effet, à notre définition: le texte est un discours fixé par l'écriture. Ce qui est fixé par l'écriture, c'est donc un discours qu'ont n'aurait pu dire, certes, mais précisément qu'on écrit parce qu'on ne le dit pas. La fixation par l'écriture survient à la place même de la parole, c'est-à-dire à la place où la parole aurait pu naître. On peut alors se demander si le texte n'est pas véritablement texte lorsqu'il ne se borne pas à transcrire une parole antérieure, mais lorsqu'il inscrit directement dans la lettre ce que veut dire le discours [...] quand le texte prend la place de la parole, quelque chose d'important se passe [...] dans la parole vivante, le sens idéal de ce qu'on dit se recourbe vers la référence réelle, à savoir ce sur quoi on parle; à la limite, cette référence réelle tend à se confondre avec une désignation ostensive où la parole rejoint le geste de montrer, de faire voir [...] Il n'en est plus de même lorsque le texte prend la place de la parole. Le mouvement de la référence vers la monstration se trouve intercepté, em même temps que le dialogue est interrompu par le texte [...] Le texte, nous le verrons, n'est pas sans référence; ce sera précisément la tâche de la lecture, en tant qu'interprétation, d'effectuer la référence[...]” (RICOEUR, 1986, pg 154-157).

não se limita a transcrever uma palavra anterior, mas quando ele inscreve diretamente ao pé da letra o que deseja dizer o discurso [...] quando o texto toma o lugar da palavra, algo de importante se passa [...] na palavra viva, o sentido ideal do que dizemos se inclina para a referência real, a saber, aquilo de que falamos; em última instância, esta referência real tende a se confundir com uma designação ostensiva onde a palavra encontra o gesto de mostrar, de fazer ver [...] Não é mais o mesmo quando o texto toma o lugar da palavra. O movimento da referência para a demonstração se encontra interceptado, ao mesmo tempo que o diálogo é interrompido pelo texto [...] O texto, nós o veremos, não está sem referência; será precisamente a tarefa da leitura, enquanto interpretação, de efetuar a referência [...]" (ibidem)

Distinguiria como quarta característica o fato do texto (também o hipertexto) encerrar em si o paradigma do distanciamento na comunicação. E desta forma, demonstrando que a experiência humana se dá através de uma comunicação na e pela distância.

“No que se segue, elaboraremos a noção de texto em vista daquilo mesmo de que ela é a testemunha, a saber, da função positiva e produtora do distanciamento, no cerne da historicidade da experiência humana [...] Proponho que essa problemática seja organizada em torno de cinco temas: * a efetuação da linguagem como discurso; * a efetuação do discurso como obra estruturada; * a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso; * a obra de discurso como projeção de um mundo; * o discurso e a obra de discurso como mediação da compreensão de si [...] Todos estes traços, tomados conjuntamente, constituem os critérios da textualidade [...] Desde já, observaremos que

a questão da escrita, se está situada no centro dessa rede de critérios, de forma alguma constitui a problemática única do texto. Por conseguinte, não poderíamos identificar pura e simplesmente texto e escrita. E isto por várias razões: a) em primeiro lugar, não é a escrita enquanto tal que suscita um problema hermenêutico, mas a dialética da fala e da escrita; b) em seguida, essa dialética se constrói sobre uma dialética de distanciamento mais primitiva que a oposição da escrita à fala, e que já pertence ao discurso oral enquanto ele é discurso; portanto, é no próprio discurso que se deve procurar a raiz de todas as dialéticas ulteriores; c) enfim, entre a efetuação da linguagem como discurso e a dialética da fala e da escrita, pareceu-me necessário intercalar uma noção fundamental: a da efetuação do discurso como obra estruturada. Pareceu-me que a objetivação da linguagem, nas obras de discurso, constitui a condição mais próxima da inscrição do discurso na escrita. A literatura é constituída de obras escritas, por conseguinte, antes de tudo, de obras. Mas, isso não é tudo: a tríade discurso-obra-escrita ainda não constitui senão o tripé que suporta a problemática decisiva, a do projeto de um mundo, que eu chamo de um mundo da obra, e onde vejo o centro de gravidade da questão hermenêutica. Toda a discussão anterior servirá apenas para preparar o deslocamento do problema do texto em direção ao do mundo que ele abre” (RICOEUR, 1977, pg 17).

Por fim, ainda cabe assinalar como quinta característica, as duas propriedades do texto da narração – mais uma vez seguindo os passos de P. Ricoeur – respectivamente: tempo e intriga. A reflexão sobre o texto da narração repousa sobre a articulação que ele opera entre a noção de tempo nas “Confis-

sões” de St. Agostinho e a noção de intriga⁵ e mimese na narrativa, apresentada na “Poética” de Aristóteles. Brevemente colocando, para St. Agostinho, o tempo⁶ é sub-

⁵“[...] J’adopte la traduction Dupont-Roc et Lalot que je corrige sur un seul point, en traduisant muthos par intrigue, sur le modèle du terme anglais plot [...]” (RICOEUR, 1983, pg 69)

⁶B-St Augustin (354-430), Les confessions, Livre XI, chapitres xiv-xxxi: le temps n’existe pas, si ce n’est dans notre esprit. Dans ce passage des Confessions, St Augustin s’interroge sur la nature du temps. Il cherche à en donner une définition, et surtout, à savoir s’il est un être ou un non-être (question ontologique, portant sur l’être et le mode d’être de quelque chose). Si on parle du temps, en disant que les choses “étaient”, “sont”, et “seront”, le langage nous trompe. A l’analyse, i.e., dès que nous voulons penser ce qu’est le temps, en donner une définition, le temps nous échappe, et on doit avouer que rien de tel que le temps ne peut en fait exister. St Augustin montre en effet que le temps n’est composé que d’inexistences. Il montre d’abord que le passé n’est plus, et que le futur n’existe pas encore. Il en déduit que passé et futur n’existent pas. Puis, il se pose la question de savoir pourquoi alors on en parle; notamment, comment se fait-il que nous prédisions l’avenir, comme le fait le scientifique, ou que nous racontions, comme le fait l’historien, les événements passés? Comment cela est-il possible, alors que dans un cas, l’événement n’est pas encore, et dans l’autre, il n’est plus? Question formulée de la façon suivante par Augustin (18, 23): où sont donc les choses passées et futures, si elles “sont” d’une certaine manière? Voici sa réponse/solution: la narration du passé implique la mémoire, et la prévision du futur implique l’attente, se souvenir c’est avoir une image du passé, et cette image est une empreinte laissée par les événements, qui, de la sorte, restent fixés dans notre esprit c’est grâce à l’attente que les choses futures sont présentes comme à venir; nous en avons une “pré-perception”, qui nous permet de les annoncer à l’avance; de nouveau, nous avons dans l’esprit une image qui précède et annonce l’événement qui n’existe pas encore; cette image n’est pas à proprement parler une empreinte laissée par un événement passé, mais le signe ou la cause des choses futures (exemple: je vois l’aurore,

jetivo e se apresenta em uma tripla modalidade de presença: o presente do futuro na espera/expectativa, o presente do presente na atenção/observação e o presente do passado na memória / lembrança. Para Aristóteles, à composição da intriga em uma narração está atrelada a questão da mimese, pois, a intriga é a imitação da ação⁷.

P. Ricoeur reúne a reflexão destes dois pensadores com o propósito de compor a tese central de sua trilogia, “Temps et Récit”, que é a de que o registro do tempo humano é confiado à narrativa⁸, dando a estrita correlação

et j’annonce que le soleil va se lever). Augustin en déduit donc que les modes du temps que sont le futur et le passé n’existent que dans l’âme, ne renvoient pas au monde extérieur, mais à notre esprit, dans lequel seul ils “existent”. Il y a donc bien trois temps, mais si on veut parler avec rigueur, il faut donc dire qu’il y a le présent du passé (=mémoire), le présent du futur (=attente), et même, le présent du présent (=vision, attention). Sa solution revient donc à mettre le passé et le futur dans le présent par le biais de la mémoire et de l’attente, qui sont deux modalités de la conscience/âme/esprit. Toutefois, si tout en quelque manière e ramène au moment présent, il s’avère que le présent lui-même n’est rien, n’existe pas. En effet, le présent, plus précisément, l’instant présent, “ne peut être qu’en cessant d’être”. Sa caractéristique majeure, à lui aussi, est de “passer” (sinon, ce ne serait plus du temps!). A peine présent, il est déjà du passé, et j’en parle pratiquement toujours au passé. (REFERÊNCIA - <http://www.philocours.com/>).

⁷“[...]the Plot is the imitation of the action [...]Plots are either Simple or Complex, for the actions in real life, of which the plots are an imitation, obviously show a similar distinction [...]” (Aristóteles, Poética, Parte VIII).

⁸“[...] Ne quittons pas le couple mimèsis-muthos sans dire un mot des contraintes additionnelles qui visent à rendre compte des genres déjà constitués de la tragédie, de la comédie et de l’épopée et, en outre, à justifier la préférence d’Aristote pour la tragédie. Il faut être très attentif à ces contraintes additionnelles. Car ce sont elles qu’il faut d’une certaine façon lever, pour extraire de la Poétique d’Aristote le

entre mimese e intriga um sentido de prax(i)-do grego práxis-eôs, igual a ação, realização, função, prática, e propõe mútua relação ao noético (consciência visa um certo) – noemático (aquilo que é visado)⁹ de E. Husserl¹⁰. Entendendo a ação como o construto

modèle de mise en intrigue que nous nous proposons d'étendre à toute composition que nous appelons narrative. [...] La question qui ne nous abandonnera pas jusqu'à la fin de cet ouvrage est de savoir si le paradigme d'ordre, caractéristique de la tragédie, est susceptible d'extension et de transformation, au point de pouvoir s'appliquer à l'ensemble du champ narratif. Cette difficulté ne doit pourtant pas nous arrêter. [...]” (RICOEUR, 1983, pgs 73 e 79).

⁹Noético-Noemático ou Noese-Noema de E. Husserl. A intencionalidade também se constitui de atos, não só atos cognitivos, mas atos de querer, de pensar, de julgar, de sentir, de perceber, de imaginar, enfim, atos que estão sempre “correlacionados” com um objeto. Segundo M. Chauí, a esses atos E. Husserl chama de noesis (atos pelos quais a consciência visa um certo objeto de um certo modo) e aquilo que é visado pelos mesmos são os noemas (conteúdo ou significado desses objetos visados). Resumindo, todas estas atividades são modos de estar no mundo que tem um caráter intencional, criando o mundo na consciência.

¹⁰“[...] Je préfère ce vocabulaire husserlian au vocabulaire olus saussurien choisi par les derniers traducteurs français, qui tiennent la mimésis pour le signifiant, la praxis pour le signifié, à l'exclusion de tout référent extra-linguistique (Dupont-Roc et Lalot, ad 51 a 35, p. 219-220). D'abord le couple signifiant-signifié ne me paraît pas approprié, pour de raisons que j'explique dans la Métaphore vive et que j'emprunte à Benveniste, à l'ordre sémantique du discours-phrase et a fortiori à celui du texte, qui est une composition de phrases. En outre, la relation noético-noématique n'exclut pas un développement référentiel, représenté chez Husserl par la mimésis aristotélicienne n'e s'épuise pas dans la stricte corrélation noético-noématique entre représentation et représenté, mais ouvre la voie à une investigation des référents de l'activité poétique visés par la mise en intrigue en amont et an aval de la mimésis-muthos [...]” (RICOEUR, 1983, pg 73).

da construção ao que consiste a atividade mimética (RICOEUR, 1983)¹¹.

P. Ricoeur inicia esta conversação entre Aristóteles e Agostinho percorrendo o que denomina de Mimese I, II e III, e através deste percurso pretende mostrar como a narrativa se resume a uma imitação da ação humana. Mesmo sendo esta narrativa a de ficção¹².

Mimese I

“ [...] vemos qual é em sua riqueza o sentido de mimese I: imitar ou representar a ação, é pré-compreender o que é do agir humano: de sua semântica, de sua simbólica, de sua temporalidade. É seguramente desta pré-compreensão, comum ao poeta e ao seu leitor, que se liberta a colocação da intriga e, com ela, a mimese textual e literária [...]” (RICOEUR, 1983, pg 125)¹³.

¹¹“L'action est le 'construit' de la construction en quoi consiste l'activité mimétique” (RICOEUR, 1983, pg. 73).

¹²“ Je réserve toutefois le terme de fiction pour celles des créations littéraires qui ignorent l'ambition qu'a le récit historique de constituer un récit vrai. Si, en effet, nous tenons pour synonymes configuration et fiction, nous n'avons plus de terme disponible pour rendre compte d'un rapport différent entre les deux modes narratifs et la question de la vérité. Ce que le récit historique et le récit de fiction ont en commun, c'est de relever des mêmes opérations configurantes que nous avons placées sous le signe de minésis II. En revanche, ce qui les oppose ne concerne pas l'activité structurante investie dans les structures narratives en tant que telles, mais la prétention à la vérité par laquelle se définit la troisième relation mimétique ” (RICOEUR, 1984, pg. 12-13).

¹³“[...] On voit quel est et dans sa richesse le sens de mimésis I: imiter ou représenter l'action, c'est d'abord pré-comprendre ce qu'il en est de l'agir humain: de sa sémantique, de sa symbolique, de sa temporalité. C'est sur cette pré-compréhension, com-

Ou seja, Mimese I¹⁴ é o estágio de prefiguração do campo de ação, ou seja, a representação daquilo que ainda não existe, mas que há de existir, ou pode existir, ou se receia que exista. A mimese I descreve a forma como o campo da ação humana é sempre prefigurado através de certas competências elementares, como por exemplo, a competência humana de:

- constituição de uma rede conceitual – a capacidade de formular conceitos, formar opinião e classificar.
- constituição de uma semântica da ação – a capacidade de relacionar a significação nos signos e da representação do sentido dos enunciados.

mune au poète et à son lecteur, que s'enlève la mise en intrigue et, avec elle, la mimétique textuelle et littéraire. Il est vrai que, sous le régime de l'œuvre littéraire, cette précompréhension du monde de l'action recule au rang de 'répertoire', pour parler comme Wolfgang Iser, dans *Der Akt des Lesens*, ou au rang de 'mention', pour employer une autre terminologie plus familière à la philosophie analytique. Il reste qu'en dépit de la coupure qu'elle institue, la littérature serait à jamais incompréhensible si elle ne venait configurer ce qui, dans l'action humaine, fait déjà figure [...]" (RICOEUR, 1983, pg 125).

¹⁴"[...] comprendre ce qu'est un récit, c'est maîtriser les règles qui gouvernent son ordre syntagmatique [...] l'intrigue, entendue au sens large qui a été le nôtre dans le chapitre précédent, à savoir l'agencement des faits (et donc d'enchaînement des phrases d'action) dans l'action totale constitutive de l'histoire racontée, est l'équivalent littéraire de l'ordre syntagmatique que le récit introduit dans le champ pratique [...] si en effet, l'action peut être racontée, c'est qu'elle est déjà articulée dans des signes, des règles, des normes: elle est dès toujours symboliquement médiatisée [...] Si, en effet, l'action peut être racontée, c'est qu'elle est déjà articulée dans des signes, des règles, des normes: elle est dès toujours symboliquement médiatisée [...]" (RICOEUR, 1983, pg 112-125).

- uso de símbolos – objetos materiais que, por convenção arbitrária, representam ou designam uma realidade complexa.
- uso de estruturas temporais – segmentação e ordenação seqüencial de intervalos temporais de caráter unitário e coeso da experiência consciente.
- uso da ordem sintagmática – segundo o entendimento lingüístico, o resultado da combinação de um determinante e de um determinado numa unidade lingüística hierarquicamente mais alta, que pode ser uma palavra (p. ex.: vanglória, em que vã é determinante de glória), um constituinte de oração (p. ex.: As crianças pequenas choram, em que os adjuntos adnominais as e pequenas são determinantes de crianças), ou uma oração (p. ex.: O aluno aprendeu a lição, em que o predicado [aprendeu a lição] é determinante do sujeito [O aluno]).

Pois, a composição da intriga está enraizada em uma pré-compreensão do mundo da ação, isto implica compreender suas estruturas inteligíveis, suas fontes simbólicas e seu caráter temporal. Isto é, compreender suas estruturas inteligíveis significa compreender ao mesmo tempo a linguagem do fazer e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas. Compreender suas fontes simbólicas significa compreender o “sistema de símbolos em interação”, isto é, “antes de ser texto, a mediação simbólica possui uma textura”¹⁵. Compreender seu caráter tempo-

¹⁵“Compreender um rito é colocá-lo em um ritual, e este em um culto e, aproximando-se, no conjunto de convenções, crenças e instituições que forma a rede simbólica da cultura” (RICOEUR, 1983, pg 114)

ral significa compreender que o tempo figura como lembrança / memória e espera / expectativa, vivendo sempre também na leitura da ficção um presente do passado, um presente do presente e um presente do futuro.

Mimese II

“[...] Seguir/Acompanhar uma história é avançar entre as contingências e peripécias sob a conduta de uma expectativa/espera que encontra sua realização na conclusão [...] Compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a tal conclusão [...]”(RICOEUR, 1983, pg 125)¹⁶.

Mimese II é o estágio de configuração do campo da ação, isto é, a forma exterior da narrativa que toma um corpo, toma uma conformação. Mimese II concerne a configuração imaginativa dos elementos dados em um campo de ação, isto é, a formação da intriga da narrativa, o chamado por P. Ricoeur de “reinado do COMO SE”. A intriga da narrativa é capaz de trazer os diversos elementos de uma dada situação para um plano imaginário, configurando os eventos, agentes e objetos, e desta forma tornando-os significativos como partes de um todo, onde cada um se situa em um nó da rede que constitui a narrativa. E estes elementos heterogêneos que fazem parte da narrativa, juntos em ação, compõem uma unidade de tensão que institui uma coerência e distribui os papéis.

Exemplos de mimese II estão em como a linha cronológica da intriga é descrita e representada através de diferentes experiên-

¹⁶“[...] Suivre une histoire, c’est avancer au lieu de contingences et de péripéties sous la conduite d’une attente qui trouve son accomplissement dans la conclusion [...]” (RICOEUR, 1983, pg 130).

cias de tempo, isto é, o que é apresentado como presente e passado não corresponde necessariamente à seqüência da narrativa em sua estrutura de episódios. Por exemplo, no caso da narrativa fictícia, encontramos capítulos de obras literárias que se iniciam com eventos culminantes descritos brevemente, ou que se iniciam por longas passagens descrevendo acontecimentos relativamente transitórios e de pouca duração. Ou seja, as datas e o tempo dos eventos podem estar desconectados ao longo da narrativa. E justamente através deste jogo com a temporalidade, a intriga, neste estágio de Mimese II, consegue ultrapassar uma simples enumeração de eventos em uma ordem seqüencial, alcançando uma organização total dos eventos, inteligível, de tal forma que se torna possível saber o tema da narração. Resumindo, mimese II é o que constitui a conexão entre os eventos individuais.

Mimese III

“[...] a transição entre mimeses II e mimeses III é efetuada pelo ato da leitura [...]” (RICOEUR, 1983, pg 144)

Mimese III é o estágio em que se re-figura o campo de ação, em outras palavras, em que se significa, se expressa e se denota a ação, relacionando-a por sua compreensão, seja por sua extensão, seja por meio de outras associações. Mimese III refere-se a integração realizada entre o mundo do texto e o mundo do leitor, isto é, a experiência vivida nas mimeses anteriores, na mimese III, finalmente é concluída.

Acredito ser possível estender o processo de mimeses I, II e III da leitura de uma obra, enquanto pré-figuração <-> con-figuração <-> re-figuração da obra, à construção de um

hipertexto. A hermenêutica, a interpretação do sentido das palavras, permanece. E ocorre da mesma forma o processo de mimese assinalado por P. Ricoeur durante a construção hipertextual. Nesse sentido, discordo dos autores que julgam a teoria de P. Ricoeur em relação ao texto não aplicável sobre o hipertexto. Tanto a leitura quanto a construção hipertextual continuam sendo guiadas por códigos presentes nos textos e continuam tendo um início – meio – fim para o leitor-autor do hipertexto.

Conclusão

Analisemos o caso específico da construção hipertextual como proposto, visto ser o foco desta tese. Obviamente existe uma “ordenação da seqüência” da obra, obviamente, ao estruturar “um determinado romance ‘a partir de trás’ ” (INGARDEN, 1965, pg 336), ou construir um bloco de texto, contendo um capítulo com links para outros blocos de textos – incitando, desta forma, uma leitura não linear da obra – “estarei alterando e conferindo um sentido diferente à obra lida” (INGARDEN, 1965, pg 336). Por isso acredito que o processo de construção hipertextual compõe uma hipernarrativa da narrativa, isto é, uma hipernarrativa no sentido de que está se re-contando a narrativa de uma perspectiva dos leitores da narrativa, com possibilidades diversas de estruturação, todas elas tendo um início – meio – fim outorgado pelo leitor/autor simultaneamente. Como colocado anteriormente, o hipertexto seria a concretização exteriorizada da atualização do texto efetuada pelo leitor.

Vejam, retomando: uma narrativa se caracteriza e se distingue por possuir uma intriga. A intriga é a imitação de uma ação

e completa, e só é completa se possui: um começo, um meio e um fim. Isto é, se o começo introduz um meio, que por sua vez introduz um fim que conclui o meio. Sendo esta questão da completude da intriga relativa. Pois, justamente, o que P. Ricoeur me parece tentar demonstrar – em *Temps et Récit II*, quando fala da aparente ausência de um Ending na literatura moderna, e se perguntar: “podemos ainda falar de intriga, quando a exploração de abismos da consciência parece revelar a impotência da linguagem ela mesma de se unir e tomar uma forma?” (RICOEUR, 1984, pg 22). – é que a arte de contar / narrar ainda existe, e o que se formou é uma nova maneira de narrar, com finais alternativos, isto é, novos modos de finalizar uma narrativa. É importante lembrar, portanto, que acima de tudo, uma narrativa só é uma narrativa se possui uma intriga, intriga entendida como imitação da ação, e a ação só pode ser contada porque é simbolicamente mediatizada, entendendo o simbolismo como uma significação incorporada à ação¹⁷.

Aplicando a construção hipertextual, naturalmente, constituo uma narrativa no fluxo de minha consciência. Este relato que reconstituo na forma de um hipertexto não deixa de ser uma narrativa por ser intermitente, remetendo às minhas associações. O hipertexto então surge como nova forma de contar (*raconter*).

“[...] talvez, seja preciso, apesar de tudo,

¹⁷ “[...] um evento histórico não é somente o que acontece, mas o que pode ser contado, ou que já foi contado em crônicas ou lendas. Além do mais, o historiador não ficará desolado de trabalhar somente sobre documentos parciais: só fazemos uma intriga com aquilo que sabemos; a intriga é por natureza ‘conhecimento mutilado’ [...]” (RICOEUR, 1984, pg 303).

fazer confiança à demanda de concordância que estrutura hoje ainda a expectativa dos leitores e crer que novas formas narrativas, que não sabemos ainda nomear, estão já começando a nascer, que atestarão que a função narrativa pode se metamorfosear, mas não morrer. Pois, não temos a menor idéia do que seria uma cultura onde não soubéssemos mais o que significa contar [...]” (RICOEUR, 1984, pg 58).

Por fim, tendo visto da perspectiva de P. Ricoeur algumas características do texto presentes no hipertexto, concluo este trabalho considerando a seguir como o “suporte hipertexto” também herdou do “suporte livro” algumas de suas configurações. Analisemos esta asserção, antes, fazendo uma pequena ressalva, quanto às questões envolvidas na elaboração da interface gráfica. O conjunto de ferramentas que inclui janelas, ícones, botões, e um meio de apontamento e seleção, com os comandos disponíveis apresentados na tela do computador veio pronto, pois, utilizei programas que apresentam um pacote pronto, respectivamente: PHPNuke, Xoops, TikiWiki.

Estes programas apresentam uma interface conforme as normas internacionais para a comunicação pelo ciberespaço, conhecidas como WAI (Web Accessibility Initiative), estipuladas pela W3C (World Wide Web Consortium - <http://www.w3schools.com/>), fundada em 1994. As normas da WAI do W3C dividem-se em três planos¹⁸: normas indis-

¹⁸Each checkpoint has a priority level assigned by the Working Group based on the checkpoint’s impact on accessibility. [Priority 1] A Web content developer must satisfy this checkpoint. Otherwise, one or more groups will find it impossible to access information in the document. Satisfying this checkpoint is a basic requirement for some groups to be able to use

pensáveis; normas recomendadas; normas facultativas. Passemos por algumas prioridades no plano das normas consideradas indispensáveis: norma 1.1: fornecer um texto sobre imagens, vídeos, áudios etc integrados ao texto¹⁹; norma 4.1: identificar as rupturas lingüísticas (exemplo: citação em inglês em um sítio Internet português); norma 4.2: explicar acrônimos (siglas) utilizados; norma 3.2: respeitar as regras de sintaxe; norma 9.4: apresentar os links e outras informações em uma ordem lógica; norma 11.3: dar ao usuário a possibilidade de acessar a informação sobre a base de suas preferências (tema, etc.); norma 12.3: dividir os grandes blocos de informação em categorias, segundo um recorte natural e apropriado; norma 13.1: redigir o link explícito identificando clara-

Web documents. [Priority 2] A Web content developer should satisfy this checkpoint. Otherwise, one or more groups will find it difficult to access information in the document. Satisfying this checkpoint will remove significant barriers to accessing Web documents. [Priority 3] A Web content developer may address this checkpoint. Otherwise, one or more groups will find it somewhat difficult to access information in the document. Satisfying this checkpoint will improve access to Web documents. Some checkpoints specify a priority level that may change under certain (indicated) conditions.

¹⁹Esta primeira norma foi criada para facilitar os deficientes físicos, como os cegos, por exemplo. Vim a descobrir, pela reportagem – <http://radio-canada.ca/branche/v6/172/non-voyant.html> – da Rádio Canadá a importância de inserir explicações das imagens, denominá-las coerentemente, ao invés de fig.1, colocar o nome da figura; a importância também de usar textos como links e não botões, etc. E simplificar a apresentação de um sítio web, pois quanto menos efeitos especiais, javascript ao longo do texto, mas fácil a leitura para um cego. A criação do css, outro exemplo, também simplifica a leitura, pois diminui consideravelmente os códigos entremeados ao texto.

mente sua finalidade; norma 13.6: reagrupar os links pertencendo a uma mesma família em um bloco de maneira que o usuário possa queimar etapas se necessário; norma 13.8: colocar as palavras, mais significativas e discriminantes, no topo das listas, dos títulos ou parágrafos; norma 13.9: fornecer uma descrição dos documentos dispostos para baixar; norma 14.1: utilizar uma linguagem clara e simples.

Feita esta ressalva, passo a considerar nos parágrafos seguintes como estes elementos supracitados foram herdados do suporte livro, em sua apresentação de conteúdo, demonstrando como estão presentes nos hipertextos construídos:

1. espaçamentos. W. Ong chama atenção para o fato de que a imprensa criou o espaçamento entre caracteres, criando desta forma uma leitura não só do texto, mas também de sua forma, isto é, da maneira como é disposto em uma página.²⁰
2. presença do autor. Como evidencia E. Eisenstein a grafosfera foi responsável por uma revolução na comunicação, “primeiramente, a autoria que estava profundamente ligada a esta nova tecnologia [...] a imprensa forçou a definição legal do que pertencia ao domí-

²⁰“[...] Inconsequential words may be set in huge type faces: on the title page shown here the initial ‘THE’ is by far the most prominent word of all. The result is often aesthetically pleasing as a visual design, but it plays havoc with our present sense of textuality. Yet this practice, not our practice, is the original practice from which our present practice has deviated. Our attitudes are the ones that have changed, and thus that need to be explained [...]” (ONG, 1982, pg 123-122).

nio público”²¹ (EISENSTEIN, 1983, pg 84 e 101).²²

²¹“[...] By 1500, legal fictions were already being devised to accommodate the patenting of inventions and assignment of literary properties. Once the rights of an inventor could be legally fixed and the problem of preserving unwritten recipes intact was no longer posed, profits could be achieved by open publicity provided new restraints were not imposed. Individual initiative was released from reliance on guild protection, but at the same time new powers were lodged in the hands of a bureaucratic officialdom. Competition over the right to publish a given text also introduced controversy over new issues involving monopoly and piracy. Printing forced leag definition of what belonged in the public domain. A literary ‘common’ became subject to ‘enclosure movements’, and possessive individualism began to characterize the attitude of writers to their work [...]”(EISENSTEIN, 1983, pg 84).

²²“[...] The first copyright act in the world was the British Statute of Anne, from 1710. It is available in the British Library, 8 Anne c. 19. Several monographs on copyright date this text to 1709. However, 1710 is the correct date, see John Feather, The Book Trade in Politics: The Making of the Copyright Act of 1710, "Publishing History", 19(8), 1980, p. 39 (note 3). Transcription from fraktur is available below the image. Anno Octavo. Annæ Reginae. An Act for the Encouragement of Learning, by Vesting the Copies of Printed Books in the Authors or Purchasers of such Copies, during the Times therein mentioned. Whereas Printers, Booksellers, and other Persons, have of late frequently taken the Liberty of Printing, Reprinting, and Publishing, or causing to be Printed, Reprinted, and Published Books, and other Writings, without the Consent of the Authors or Proprietors of such Books and Writings, to their very great Detriment, and too often to the Ruin of them and their Families: For Preventing therefore such Practices for the future, and for the Encouragement of Learned Men to Compose and Write useful Books; May it please Your Majesty, that it may be Enacted, and be it Enacted by the Queens most Excellent Majesty, by and with the Advice and Consent of the Lords Spiritual and Temporal, and Commons in this present Parliament Assembled, and by the Authority of the same, That from and after the Tenth Day of April, One thou-

3. data de publicação. E. Eisenstein também chama atenção em seu livro “The Printing Revolution In Early Modern Europe” para dois fatos interessantes: primeiro, a questão de como depois da imprensa passou a ser comum datar o ano de publicação do livro; segundo, a questão da reedição, pois, com o advento da imprensa apareceu a edição de uma obra se distinguindo das edições anteriores em virtude de alterações feitas no conteúdo ou na apresentação, ou, ainda, de mudança de editor; nova edição etc.²³

4. índice. E. Eisenstein, em suas pesqui-

sand seven hundred and ten, the Author of any Book or Books already Printed, who hath not Transferred to any other the Copy or Copies of such Book or Books, Share or Shares thereof, or the Bookseller or Booksellers, Printer or Printers, or other Person or Persons, who hath or have Purchased or Acquired the Copy or Copies of any Book or Books, in order to Print or Reprint the same, shall have the sole Right and Liberty of Printing such Book and Books for the Term of One and twenty Years, to Commence from the said Tenth Day of April, and no longer; and that the Author of any Book or Books already Composed and not Printed and Published, or that shall hereafter be Composed, and his Assignee, or Assigns, shall have the sole Liberty of Printing and Reprinting such Book and Books for the Term of fourteen. [...]” (vide - <http://www.copyrighthistory.com/anne.html>).

²³“[...] under the guidance of technically proficient masters, the new technology also provided a way of transcending the limits which scribal procedures had imposed upon technically proficient masters in the past [...] Not every edition, to be sure, eliminated all the errors that were spotted; good intentions stated in prefaces failed to be honored in actual manufacture. Even so, the requests of publishers often encouraged readers to launch their own research projects and field trips which resulted in additional publications programs [...]” (EISENSTEIN, 1983, pg 75).

sas, observa como ao longo da grafosfera, graças a John Rastell, é introduzida a idéia de sumário / índice, isto é, do conjunto de indicações impressas, especialmente de letras, feitas em um livro ou caderno para facilitar-lhe o manuseio, permitindo a localização ou o registro do assunto desejado²⁴.

5. intitulação. A designação de títulos e subtítulos em uma obra também nasceu com o desenvolvimento da imprensa (EISENSTEIN, 1983). É claro que a seleção de palavras-chaves para a composição de um índice/barra de navegação estão atreladas a questão da categorização. E nesse sentido, a concepção prototípica de Eleonor Rosch²⁵ de-

²⁴“[...] John Rastell took care to provide an introductory ‘Tabula’: a forty-six-page ‘chronological register by chapters of the statutes 1327 to 1523’. He was not merely providing a table of contents; he was also offering a systematic review of parliamentary history – the first many readers had ever seen. This sort of spectacular innovation, while deserving close study, should not divert attention from much less conspicuous, more ubiquitous changes. Increasing familiarity with regularly numbered pages, punctuation marks, section breaks, running heads, indexes, and so forth helped to reorder the thought of all readers, whatever their profession or craft [...]” (EISENSTEIN, 1983, pg 73).

²⁵“[...] Ao caracterizar a concepção prototípica, afirmou-se que, de acordo com ela, dados os dois exemplares de um conceito, um deles pode ser mais típico que o outro – o que não acontece na concepção clássica. O que está em jogo aí é a relação entre conceitos e exemplares, por exemplo, entre o conceito de torre e uma torre particular, digamos, a torre Eiffel. O fenômeno de tipicidade, entretanto, manifesta-se também na relação entre conceitos e sub-conceitos: isto é o que acontece, por exemplo, quando se afirma que maçã é uma fruta mais típica que a jaca – tomando ‘a maçã’ e ‘a jaca’ como denotadores de ‘tipos’, e não como ‘exemplares de frutas’, ‘a maçã’ e ‘a jaca’, na

monstra que é de certa forma pessoal a seleção de palavras-chaves na constituição do hipertexto.

“A categorização é uma das funções mais básicas das criaturas viventes. Nós vivemos em um mundo categorizado – mesa, cadeira, macho, fêmea, democracia, monarquia – todo objeto e evento é único, mas agimos em direção a eles como membros de classes. Antes deste meu trabalho, as categorias e conceitos eram simplesmente admitidas, para a filosofia, como algo explícito e formal, isto é, conjuntos lógicos arbitrários com características definidas e fronteiras claras. Isto é o que agora é chamado de visão clássica das categorias, que vem desde Aristóteles, por Locke, e pelos empiricistas britânicos. É a idéia que as categorias e conceitos

terminologia que vamos usar, designam sub-conceitos de frutas [...] ‘Este experimento tem a ver com aquilo que temos em mente quando usamos palavras referentes a categorias. Consideremos, por exemplo, a palavra ‘vermelho’. Feche os olhos e imagine um verdadeiro vermelho. Agora imagine um vermelho alaranjado... e agora um vermelho arroxeadado. Embora você ainda possa usar o termo ‘vermelho’ para o vermelho alaranjado ou para o vermelho arroxeadado, eles não são tão bons exemplos de vermelho (casos tão claros daquilo a que ‘vermelho’ se refere) quando o ‘verdadeiro’ vermelho’. Em suma, alguns vermelhos são mais vermelhos que outros. O mesmo vale para outros tipos de categorias. Considere os cães. Todos você têm alguma noção do que seja um ‘verdadeiro’ cão, um cão bem ‘canino’. Para mim um perdigueiro ou um pastor alemão são cães bem caninos, enquanto um pequinês é um cão menos canino. Note que este tipo de julgamento não tem nada a ver com o quanto você gosta de algo; você pode gostar mais d eum vermelho arroxeadado do que a cor de um verdadeiro vermelho, e mesmo assim reconhecer que a cor de que você gosta mais não é um bom exemplo de vermelho. Você pode preferir um pequinês sem achar que esta é raça que melhor representa a ‘canidade’ [...]” (OLIVEIRA, 1993-1994, pg 32-33).

são assunto da lógica; são claramente conjuntos amarrados; algo é ou não é de uma categoria. Está incluído na categoria se possui certas características, e se não tem, então está fora da categoria. Quando psicólogos pesquisaram o aprendizado de conceitos, eles usaram conceitos artificiais e conjuntos de estímulo artificiais que foram construídos de forma que constituíssem pequenos micro-mundos nos quais as crenças prevaletentes sobre a natureza das categorias fossem já desenvolvidos para isto”²⁶ (ROSCH, 1999).

Enfim, através desta breve análise, espero ter contribuído para a reflexão sobre o hipertexto, como mais uma forma de “existência do texto” (CHARTIER, 1999). Acredito ser essencial esta reflexão para uma consideração cuidadosa da comunicação, enquanto área de estudo, que em última instância deve

²⁶“Well, categorization is one of the most basic functions of living creatures. We live in a categorized world – table, chair, male, female, democracy, monarchy – every object and event is unique, but we act towards them as members of classes. Prior to my work, categories and concepts were simply assumed, from philosophy, to be something explicit and formal, that is, to be arbitrary logical sets with defining features and clear-cut boundaries. This is what is now called the classical view of categories, which comes down from Aristotle through Locke and the British empiricists. In a nutshell it’s the idea that categories and concepts are matters of logic; they are clearly bounded sets; something either is or is not in the category. It is in the category if it has certain defining features, and if it doesn’t, then it’s outside the category. When psychologists did research on concept learning, they used artificial concepts and sets of artificial stimuli that were constructed so that they formed little micro-worlds in which those prevailing beliefs about the nature of categories were already built in. Then they’d do their learning experiments. But what they found out in terms of the nature of categories was already a foregone conclusion because that was what they had already built into it” (ROSCH, 1999).

servir de base à retórica sobre a explosão digital, e de como os indícios dessa pesquisa são interpretados.

Bibliografia

- CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita. São Paulo: UNESP, 2002.
- ECO, Umberto. Interpretação e Superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1932-1993.
- ECO, Umberto. Lector in fabula. Paris: Le livre de poche, 1985.
- INGARDEN, Roman. A Obra de Arte Literária. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3^o ed., 1965.
- ISER, Wolfgang. O ato da leitura. Vol. I e II. São Paulo : Ed. 34, 1996.
- LÉVY, Pierre & CHAMBAT, Pierre. Les nouveaux outils du savoir. Paris: Descartes, 1991.
- LÉVY, Pierre, AUTHIER, Michel. As árvores de conhecimento. São Paulo: Escuta, 1995.
- LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência. Rio de Janeiro: editora 34, 1993.
- LEVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: editora 34, 1999.
- OLSON, David R. The world on paper. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- ONG, Walter. Orality & Literacy – the technologizing of the world. New York: Routledge, 1997- 1982.
- RICOEUR, Paul. Du texte à l’action. Essais d’herméneutique II. Paris, Seuil, 1986.
- RICOEUR, Paul. Interpretação e Ideologias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- RICOEUR, Paul. La métaphore vive. Paris: Seuil, 1975.
- RICOEUR, Paul. Temp set Récit, vol. I. Paris: Seuil, 198?.
- RICOEUR, Paul. Temp set Récit, vol. II. Paris: Seuil, 1984.
- RICOEUR, Paul. Temp set Récit, vol. III. Paris: Seuil, 1.